

Alerta Legislação nº 26, de 22 a 27 jun. 2026
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>DECRETO Nº 13.034, DE 23 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Banco Nacional de Celulares com Restrição e altera o Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, para incluí-lo no rol de dados e informações a constarem do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.
Governo do Estado de São Paulo
<u>DECRETO Nº 70.704, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas estaduais nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2026.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
24/06/2026	<u>DECRETO Nº 13.034, DE 23 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Banco Nacional de Celulares com Restrição e altera o Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, para incluí-lo no rol de dados e informações a constarem do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.

23/06/2026	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.371, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Medida Provisória nº 1.354, de 30 de abril de 2026, que abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, para dar nova redação ao título de ação orçamentária constante de seu Anexo.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 54, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.356, de 4 de maio de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 305.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 22 de junho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, dispõe sobre a transferência de recursos ao Fundo de Garantia de Operações, e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 22 de junho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 52, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.354, de 30 de abril de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 17.000.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 22 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 51, DE 2026**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.353, de 30 de abril de 2026](#), publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a [Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020](#), para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, e autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro-ônibus ou implementos rodoviários, desde que os veículos atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 22 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 50, DE 2026**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.352, de 28 de abril de 2026](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 29, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 22 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 49, DE 2026**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.351, de 27 de abril de 2026](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 28, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 330.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 22 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

DECRETO LEGISLATIVO Nº 146, DE 2026 (*)

	Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e os Estados da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 2025. (*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18 de junho de 2026.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 227, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Portaria Normativa AGU nº 200, de 3 de novembro de 2025, que institui o Programa Cegonha e cria a Assistência à Mãe Nutriz no âmbito da Advocacia-Geral da União. – Secretaria-Geral de Consultoria <u>PORTARIA NORMATIVA CONJUNTA SGCS/AGU-CONPEG Nº 1, DE 24 DE JUNHO DE 2026</u> Institui fórum temporário de debates e articulação entre a Advocacia-Geral da União e o Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, para a realização de estudos e apresentação de propostas de aperfeiçoamento do sistema remuneratório da advocacia pública.
Ministério da Agricultura e Pecuária	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MAPA Nº 922, DE 23 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Programa de Integração Produtiva e Logística Brasil-Bolívia-Pacífico. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SPOA/SE/MAPA Nº 23, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a execução de ações de apoio ao setor agropecuário por meio da prestação de serviços na modalidade horas-máquina, no âmbito das transferências discricionárias e legais da União, no Ministério da Agricultura e Pecuária
Ministério da Cultura	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) <u>PORTARIA IBRAM Nº 4.144, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a Estratégia de uso de <i>software</i> e de serviços de computação em nuvem no âmbito do Ibram - Instituto Brasileiro de Museus.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) <u>PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.684, DE 24 DE JUNHO DE 2026</u>

	Cria e ativa o Comando de Atividades Espaciais no âmbito do Comando da Aeronáutica. <u>PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.677, DE 23 DE JUNHO DE 2026</u> Ativa o Museu Aeroespacial Paulista no âmbito do Comando da Aeronáutica. COMANDO DA MARINHA (CM) ↳ Diretoria-Geral de Navegação (DGN) ↳ ↳ Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA DPC Nº 506, DE 24 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece período de transição para reconhecimento de certificados emitidos por Autoridades Marítimas Estrangeiras signatárias da Convenção STCW-1978, como emendada.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 570, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de Matriz de Competências Digitais e Midiáticas na Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação. <u>PORTARIA MEC Nº 552, DE 18 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o projeto de incentivo regulatório à oferta de cursos de graduação nas áreas de ciência básica e tecnologia por Instituições de Educação Superior - IES ou por institutos de pesquisa participantes do Programa de Excelência Acadêmica - Proex da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) ↳ Câmara de Educação Básica (CEB) <u>RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.
Ministério da Fazenda	CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.309, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras aplicáveis às linhas de financiamento para investimentos de que trata o art. 8º-A da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, conforme o art. 3º da Medida Provisória nº 1.366, de 12 de junho de 2026. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 18, DE 24 DE JUNHO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.242, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u>

	Institui o Programa Nacional de Acolhida Humanitária por Patrocínio Comunitário, no âmbito da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. <u>PORTARIA MJSP Nº 1.234, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Centro Nacional de Inteligência Penal - Cnip, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais, e dispõe sobre sua organização, competências e funcionamento. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS <u>PORTARIA GABSEC/SENAPPEN/MJSP Nº 567, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o procedimento de avaliação e reconhecimento do Prêmio Transforma. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA <u>PORTARIA SENASP/MJSP Nº 662, DE 23 DE JUNHO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de proposta de diretrizes nacionais para os Protocolos de Interação Pericial Humanizada no âmbito da Polícia Científica.
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPS Nº 1.017, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Selo Patrocinadores do Futuro, programa para reconhecimento de patrocinadores e instituidores de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar que adotem boas práticas relacionadas à responsabilidade social no âmbito do Regime de Previdência Complementar. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.347, DE 18 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece diretrizes sobre a obrigatoriedade de cadastro biométrico para concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, no âmbito do INSS. SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR <u>PORTARIA SRPC/MPS Nº 1.018, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Aprova o regulamento do Selo Patrocinadores do Futuro, instituído pela Portaria MPS nº 1.017, de 19 de junho de 2026, e divulga o cronograma do processo de participação e de avaliação.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 11.649, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Eliminação da Tuberculose como Problema de Saúde Pública - PNTB no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC)

	<u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.029, DE 11 DE JUNHO DE 2026</u> (*) Dispõe sobre a lista de substâncias que os produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes não devem conter exceto nas condições e com as restrições estabelecidas, e internaliza a Resolução MERCOSUL/GMC nº 06/25. (*) <i>Republicado por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 109, de 15 de Junho de 2026, Seção 1, pág 94.</i> → 4ª Diretoria → → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.494, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.492, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.487, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO. (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA SAES/MS Nº 4.298, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta a Rede de Profissionais Capacitados em Atenção Psicossocial para Vítimas de Violações de Direitos Humanos, instituída pela Portaria Interministerial MS/MDHC nº 8.685, de 6 de novembro de 2025. <u>PORTARIA SAES/MS Nº 4282, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Inclui e altera procedimentos de Apoio Diagnóstico e Terapêutico por Imagem e inclui incremento financeiro na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (Tabela de Procedimentos do SUS) para o componente Crédito Financeiro do Programa Agora Tem Especialistas. SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI) <u>PORTARIA SESA/MS Nº 443, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Institui, no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena, o Comitê de Redução da Mortalidade Materna, Fetal e Infantil Indígena - CRMMFII, de caráter consultivo, deliberativo e permanente, com a finalidade de promover a redução da mortalidade materna, fetal e infantil dos povos indígenas assistidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - SasiSUS.
Ministério das Relações Exteriores	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES → Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos → → Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica → → → Divisão de Atos Internacionais <u>PARCERIA DIGITAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA</u> Seção I

	ANTECEDENTES (...)
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 176, DE 24 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece os procedimentos e as condições para habilitação de plataformas digitais intermediadoras, fabricantes e importadores, no âmbito do financiamento reembolsável de que trata o art. 8º-A da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.366, de 12 de junho de 2026.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MMA Nº 1.717, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a atualização da lista de municípios prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal e da lista de municípios com desmatamento e degradação monitorados e sob controle. <u>PORTARIA MMA/GM Nº 1.716, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece os critérios para edição da lista de municípios situados no Bioma Amazônia considerados prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal. <u>PORTARIA MMA/GM Nº 1.715, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Programa Nacional de Avaliação e Monitoramento da Educação Ambiental, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental.
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 262, DE 24 DE JUNHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 3.085.008.914,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 259, DE 24 DE JUNHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 3.081.983.727,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 246, DE 19 DE JUNHO DE 2026 (*)</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal; e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 20.503.345.200,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (*) Republicada por ter saído no DOU de 22/6/2026, Seção 1, pág. 56, com incorreção.

Ministério do Trabalho e Emprego	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTE Nº 1.115, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Portaria MTE nº 435, de 20 de março de 2025, para possibilitar a utilização de garantias nas operações de crédito com consignação em folha de pagamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 .
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE → Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente <u>RESOLUÇÃO Nº 281, DE 18 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Grupo Temático para tratar da compatibilização do Ensino Médio em Tempo Integral com o direito à profissionalização de adolescentes, por intermédio dos Programas de Aprendizagem Profissional e com os demais serviços, projetos, programas e provisões da Política de Assistência Social.
Banco Central do Brasil (BCB)	DIRETORIA COLEGIADA (DC) <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 578, DE 23 DE JUNHO DE 2026</u> Divulga alterações no Regimento Interno do Banco Central do Brasil. <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 575, DE 18 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Resolução BCB nº 277, de 31 de dezembro de 2022, e a Resolução BCB nº 278, de 31 de dezembro de 2022, para dispor sobre contas de depósito em moeda estrangeira tituladas por pessoas jurídicas exportadoras de bens; por pessoas jurídicas residentes de direito privado devedoras de crédito externo; por sociedades sediadas no país com participação direta de não residente em seu capital social; e por pessoas jurídicas não residentes credoras de crédito externo a residentes ou com participação direta no capital de sociedade sediada no país. <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 574, DE 18 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Resolução BCB nº 277, de 31 de dezembro de 2022, que regulamenta o mercado de câmbio, para dispor sobre a prestação de informações relativas a operações com ativos virtuais nesse mercado.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA (CFFA) <u>RESOLUÇÃO CFFA Nº 834, DE 20 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta a atuação do fonoaudiólogo em voz cantada.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR

23/06/2026	<u>DECRETO Nº 70.709, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 18.368, de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a execução e a organização do Sistema Único de Assistência Social no Estado de São Paulo. <u>DECRETO Nº 70.705, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a denominação da unidade da Secretaria dos Transportes Metropolitanos que especifica. <u>DECRETO Nº 70.704, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas estaduais nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2026.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Controladoria Geral do Estado (CGE)	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 15, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta o Decreto estadual nº 70.246, de 19 de dezembro de 2025, que estabelece nova disciplina para o Cadastro Estadual de Entidades - CEE e para a emissão, manutenção, revalidação, suspensão e cancelamento do Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE.
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SCEIC Nº 20, DE 19 JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a institucionalização da Política Cultural da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 68, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre as diretrizes, os princípios e os procedimentos para o tratamento pedagógico das situações de indisciplina escolar e para a adoção excepcional de afastamento preventivo temporário e transferência cautelar de estudantes nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 734 DE 16-06-2026</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas. <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 733 DE 16-06-2026</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações.

Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 29, DE 19-06-2026</u> Aprova a Tabela de Preços de Insumos de Informática - 2026, a ser utilizada para fins de contratação dos serviços ofertados pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 19 DE JUNHO DE 2026</u> A Subsecretaria de Gestão de Pessoas, órgão central do Sistema de Administração de Pessoal, conforme o inciso V do artigo 18, do Anexo I, do Decreto nº 69.052, de 14-11-2024, alterado pelo Decreto nº 69.506, de 30-04-2025, objetivando orientar sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e subsetoriais do Sistema de Administração de Pessoal, no tocante à concessão do ABONO DE PERMANÊNCIA, a que se refere o artigo 28 da LC nº 1.354, de 06-3-2020, com a redação dada pela LC nº 1.361, de 21-10-2021, combinado com o parágrafo único do artigo 3º, das Disposições Transitórias da LC nº 1.361/2021;
Secretaria de Governo e Relações Institucionais (SGRI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGRI Nº 09/2026</u> Autoriza o repasse de recursos financeiros de programações decorrentes de emendas parlamentares individuais à lei orçamentária anual na modalidade de transferência especial, nos termos do art. 175- A da Constituição do Estado de São Paulo.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 135, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse de recursos federais oriundos de emendas parlamentares destinados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e ao Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde — SUS, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 134, DE 26 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 132, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros decorrentes da arrecadação referente a contribuição de solidariedade para as Santas Casas de Misericórdia, estabelecidas no território do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 130, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a março de 2025 a março de 2026, de forma retroativa, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de

	enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS <u>RESOLUÇÃO SS Nº 129, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a maio de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS <u>RESOLUÇÃO SS Nº 128, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a maio de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE). <u>RESOLUÇÃO SS Nº 127, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a maio de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas). <u>RESOLUÇÃO Nº 122, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, no âmbito do programa 5125 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares - Transferências Impositivas e programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Transferências Voluntárias, provenientes de emendas parlamentares destinadas ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde, e dá providências correlatas.
Ministério Público do Estado (MPE)	GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.324/2026-PGJ, DE 25 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a suspensão do expediente presencial e o regime de teletrabalho no dia 29 de junho de 2026, em razão do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2026. <u>RESOLUÇÃO Nº 2.321/2026 - PGJ, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Fixa o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo. <u>RESOLUÇÃO Nº 2.320/2026 - PGJ, DE 22 DE JUNHO DE 2026</u> Disciplina a comunicação de pesquisa com a participação de seres humanos em situação de vulnerabilidade (art. 24, § 2º, Lei 14.874/24) ao Ministério Público do Estado de São Paulo.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO

26/06/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 646/2026, DE 26/06/2026</u> Institui o Programa Estadual de Defesa Pessoal para Mulheres no âmbito do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 645/2026, DE 26/06/2026</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Programa Estadual de Atenção e Valorização da Saúde Mental Masculina, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 644/2026, DE 26/06/2026</u> Institui a inclusão da disciplina de Educação Financeira na grade curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 643/2026, DE 26/06/2026</u> Dispõe sobre normas de segurança para a prática de rope jump, bungee jump e atividades de salto em altura realizadas por empresas ou organizadores de eventos no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 641/2026, DE 26/06/2026</u> Institui o Programa de Apoio a Pedestres e Ciclistas das Rodovias Estaduais de São Paulo.
25/06/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 636/2026, DE 25/06/2026</u> Dispõe sobre a equiparação da pessoa com Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem à pessoa com deficiência e dá providências correlatas. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2026, DE 25/06/2026</u> Susta, nos termos do artigo 20, IX, da Constituição do Estado, por exorbitância do poder regulamentar, os Capítulos IV, V e VI da Resolução SEDUC nº 68, de 19 de junho de 2026, que instituem e regulamentam o afastamento preventivo temporário e a transferência cautelar de estudantes nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
24/06/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 634/2026, DE 24/06/2026</u> "Dispõe sobre a permissão do consumo da alimentação escolar pelos professores e demais servidores em efetivo exercício nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Estado de São Paulo." <u>PROJETO DE LEI Nº 633/2026, DE 24/06/2026</u> Estabelece diretrizes para o levantamento, organização e divulgação de dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+ no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 632/2026, DE 24/06/2026</u>

	Autoriza o Poder Executivo a implementar o Programa Estadual de Valorização da Personalização Veicular e Estabelece Diretrizes para a Regularização de Veículos Modificados no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 631/2026, DE 24/06/2026</u> Dispõe sobre medidas de reconhecimento do cuidador atípico no Estado de São Paulo, institui o Passaporte Digital do Cuidador Atípico, o Banco Estadual Solidário de Equipamentos Assistivos e a Rede de Apoio Emergencial ao Cuidador. <u>PROJETO DE LEI Nº 630/2026, DE 24/06/2026</u> Dispõe sobre a identificação e a prioridade operacional dos veículos utilizados no transporte de órgãos, tecidos, células e equipes médicas destinadas a transplantes no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.
23/06/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 628/2026, DE 23/06/2026</u> Institui o Código de Proteção e Bem-estar aos Animais do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 627/2026, DE 23/06/2026</u> Institui o Programa Estadual Jéssica Soares, de Defesa Pessoal e Cultura da Autoproteção nas escolas da rede pública estadual de ensino e dá providências correlatas.
22/06/2026	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2026, DE 22/06/2026</u> Altera a Lei Complementar nº 651, de 31 de julho de 1990, para adequá-la à Lei Complementar Federal nº 230, de 2026, disciplinando o procedimento de desmembramento de parte de Município para incorporação a outro limítrofe, e dá outras providências. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 625/2026, DE 22/06/2026</u> Dispõe sobre o limite do valor das anuidades dos conselhos estaduais de classe e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 624/2026, DE 22/06/2026</u> Institui o Plano Estadual de Saúde Mental do Campo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 623/2026, DE 22/06/2026</u> Institui a Política Estadual de Conscientização e Incentivo à Denúncia de Maus-Tratos Contra Animais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 622/2026, DE 22/06/2026</u> Altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado, para estabelecer infrações e sanções administrativas relacionadas ao zoosadismo

	e à exploração de conteúdo de crueldade contra animais, no âmbito do Estado de São Paulo.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
27/06/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 30/2026</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO , no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA de 2026, COMUNICA que, na próxima segunda-feira, dia 29 de junho de 2026, o expediente do Tribunal, na Capital e no Interior, ocorrerá em regime de trabalho remoto, em jornada ininterrupta, das 8h às 13h. Na referida data, não haverá atendimento presencial ao público e, em virtude do horário diferenciado de expediente, os prazos processuais ficarão suspensos. Publique-se. São Paulo, 26 de junho de 2026. CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE
24/06/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 33/2026</u> Programas estratégicos voltados ao fortalecimento da equidade na Educação Básica
23/06/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 28/2026</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA de 2026, COMUNICA que o expediente na Capital e nas Unidades Regionais será encerrado às 16 horas no dia 24 de junho de 2026, em razão da partida com início às 19 horas. Em virtude do horário diferenciado de funcionamento, os prazos processuais ficarão suspensos na referida data. Publique-se. São Paulo, 22 de junho de 2026. CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

25/06/2026

LEI Nº 18.510, DE 24 DE JUNHO DE 2026

(Projeto de Lei nº 294/23 dos Vereadores João Ananias – PT, Dheison Silva – PT, Keit Lima – PSOL, Silvão Leite – UNIÃO e Silvinho Leite – UNIÃO)

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar a Casa de Cultura de Rimas de *Rap* e *Hip Hop* em São Paulo, e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>